

**BV Leasing – Arrendamento Mercantil
S.A.**

**Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2018**

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
BALANÇO PATRIMONIAL	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	14
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES	16
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	16
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	16
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	21
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	22
7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	24
8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS	28
9. OUTROS VALORES E BENS	28
10. INVESTIMENTOS	28
11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	29
12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	29
13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	30
14. OUTRAS OBRIGAÇÕES	30
15. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	31
16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	31
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32
18. TRIBUTOS	33
19. PARTES RELACIONADAS	35
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – VALOR DE MERCADO	36
21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	36
22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	38
23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	39
24. OUTRAS INFORMAÇÕES	42

BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. relativas aos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.

A BV Leasing encerrou Dez.18 com saldo de carteira de crédito de R\$ 191,7 milhões, ante R\$ 245,1 milhões em Dez.17.

Em 2018, a BV Leasing registrou lucro líquido de R\$ 13,9 milhões, ante R\$ 17,5 milhões em 2017.

Adicionalmente, em 2018 não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa.

A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao(s)
Conselho de Administração e Acionistas do
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3h e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e exercício do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com



os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3h e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, a Companhia classifica suas operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da regulamentação vigente, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A Companhia aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações em níveis de risco envolve premissas e julgamento da Companhia, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Companhia, quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e ao impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco (“ratings”) das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Com base em amostragem, avaliamos se a Companhia atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados à apuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3h e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Provisões e passivos contingentes - cíveis e fiscais

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3n, e 22, a Companhia constitui provisão para demandas cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e efetividade operacional dos controles internos relevantes, relativos à captura dos processos, avaliação de risco processual, cálculo da provisão, condução dos processos e etapas de encerramento. Com base em testes, avaliamos a adequação da mensuração, reconhecimento da provisão, suficiência e a divulgação de passivos contingentes, considerando os valores de constituições e reversões e as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Avaliamos a determinação do risco processual das causas para assuntos e valores relevantes da Companhia, por meio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, bem como dados e informações históricas e analisamos as mudanças nas estimativas em relação a períodos anteriores, quando aplicável. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3n e 22, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos

As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas nº 3m e 18d), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como taxa de juros, taxa de inflação, entre outras, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos (créditos tributários), por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e efetividade dos controles internos relevantes, implementados pela Companhia referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização de ativos. Com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia, o recálculo das projeções baseadas em tais premissas e se as mesmas atendiam às diretrizes da regulamentação vigente. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3m e 18d, estão de acordo com as regras aplicáveis.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados futuros as quais são base para a realização dos ativos fiscais diferidos e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE		5.243.911	9.246.539
Disponibilidades	4	202	368
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	2.874.316	9.222.070
Aplicações no mercado aberto		2.874.316	9.222.070
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	6a	2.356.180	4.438
Carteira própria		2.356.180	214
Vinculados a prestação de garantias		-	4.224
Operações de Arrendamento Mercantil		38	(478)
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	150.617	156.629
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(150.147)	(156.275)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7f	(432)	(832)
Outros Créditos	8	12.714	18.286
Diversos		12.714	18.286
Outros Valores e Bens	9	461	1.855
Bens não de uso próprio		887	2.443
(Provisão para desvalorizações)		(465)	(891)
Despesas antecipadas		39	303
ATIVO NÃO CIRCULANTE		741.894	776.878
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		542.563	514.633
Operações de Arrendamento Mercantil		14	(326)
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	58.307	107.220
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(58.126)	(106.977)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7f	(167)	(569)
Outros Créditos	8	542.481	514.917
Diversos		542.481	514.917
Outros Valores e Bens	9	68	42
Despesas antecipadas		68	42
PERMANENTE		199.331	262.245
Investimentos	10	7.779	16.677
Outros investimentos		23.382	23.310
(Imparidade acumulada)		(15.603)	(6.633)
Imobilizado de Uso		-	-
Outras imobilizações de uso		186	186
(Depreciações acumuladas)		(186)	(186)
Imobilizado de Arrendamento	11a	191.552	245.568
Bens arrendados		434.782	390.113
(Insuficiência de depreciação)		(53.972)	(24.740)
(Depreciações acumuladas)		(189.258)	(119.805)
TOTAL DO ATIVO		5.985.805	10.023.417

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
 em 31 dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO CIRCULANTE		2.697.681	33.164
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12a	2.646.775	-
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.646.775	-
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		-	4.733
FINAME	13a	-	4.733
Outras Obrigações		50.906	28.431
Sociais e estatutárias		8.500	4.149
Fiscais e previdenciárias	14a	7.250	2.239
Negociação e intermediação de valores		-	33
Credores por antecipação de valor residual	7c	350	660
Diversas	14b	34.806	21.350
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.305.599	8.981.635
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.305.599	8.981.635
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12a	2.305.357	8.977.943
Recursos de debêntures		2.305.357	8.977.943
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		-	3.240
FINAME	13a	-	3.240
Outras Obrigações		242	452
Credores por antecipação de valor residual	7c	135	452
Diversas	14b	107	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		982.525	1.008.618
Capital		932.512	932.512
De domiciliados no País	17a	932.512	932.512
Reservas de Lucros	17b	50.013	76.106
TOTAL DO PASSIVO		5.985.805	10.023.417

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre/ 2018	Exercício/2018	Exercício/2017
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		305.935	632.413	1.283.096
Operações de arrendamento mercantil	7b	101.188	204.115	158.609
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	204.728	428.686	1.127.100
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6d.3	19	(388)	(2.613)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(278.995)	(577.241)	(1.228.720)
Operações de captação no mercado	12b	(197.464)	(414.843)	(1.099.747)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	13b	-	-	(1.363)
Operações de arrendamento mercantil	7b	(82.172)	(163.092)	(129.750)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	641	694	2.140
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		26.940	55.172	54.376
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(17.367)	(28.522)	(22.147)
Outras despesas administrativas	15a	(4.142)	(7.506)	(7.547)
Despesas tributárias	18c	(3.112)	(6.341)	(17.419)
Outras receitas operacionais	15b	1.484	3.326	9.502
Outras despesas operacionais	15c	(11.597)	(18.001)	(6.683)
RESULTADO OPERACIONAL		9.573	26.650	32.229
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	16	(8.642)	(9.214)	(995)
Receitas não operacionais		375	426	218
Despesas não operacionais		(9.017)	(9.640)	(1.213)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		931	17.436	31.234
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18a	4.478	(3.544)	(13.766)
LUCRO LIQUIDO		5.409	13.892	17.468
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		(21.500)	(21.500)	-
LUCRO POR AÇÃO				
Lucro por lote de mil ações - R\$		10.605,88	27.239,22	34.250,98
Quantidade de ações (lote de mil)		510	510	510

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas		
Saldos em 31.12.2016		899.539	43.432	44.084	-	987.055
Reversão dividendos exercício anterior	17c	-	-	8.244	-	8.244
Aumento de capital	17a	32.973	-	(32.973)	-	-
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	17.468	17.468
Destinações:						
Reserva legal	17c	-	873	-	(873)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17c	-	-	-	(4.149)	(4.149)
Reserva especiais de lucros		-	-	12.446	(12.446)	-
Saldos em 31.12.2017		932.512	44.305	31.801	-	1.008.618
Mutações do exercício		32.973	873	(24.730)	-	21.563
Saldos em 30.06.2018		932.512	44.729	31.801	8.059	1.017.101
Dividendos intermediários		-	-	(9.300)	-	(9.300)
Juros sobre o Capital Próprio intermediários		-	-	(21.500)	-	(21.500)
Lucro Líquido do período		-	-	-	5.409	5.409
Destinações:						
Reserva legal	17c	-	271	-	(271)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17c	-	-	-	(3.299)	(3.299)
Dividendos adicionais	17c	-	-	-	(5.886)	(5.886)
Reserva estatutária para expansão		-	-	4.012	(4.012)	-
Saldos em 31.12.2018		932.512	45.000	5.013	-	982.525
Mutações do período		-	271	(30.800)	5.138	(25.391)
Saldos em 31.12.2017		932.512	44.305	31.801	-	1.008.618
Dividendos intermediários		-	-	(9.300)	-	(9.300)
Juros sobre o Capital Próprio intermediários		-	-	(21.500)	-	(21.500)
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	13.892	13.892
Destinações:						
Reserva legal	17c	-	695	-	(695)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17c	-	-	-	(3.299)	(3.299)
Dividendos adicionais	17c	-	-	-	(5.886)	(5.886)
Reserva estatutária para expansão		-	-	4.012	(4.012)	-
Saldos em 31.12.2018		932.512	45.000	5.013	-	982.525
Mutações do exercício		-	695	-	13.197	(16.908)

#VALOR!

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/ 2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Fluxos de caixa provenientes das operações				
Lucro antes dos Tributos e Participações		931	17.436	31.234
Ajustes ao Lucro antes dos tributos e participações		99.982	180.372	96.062
Provisão arrendamento mercantil e outros créditos	7f	(641)	(694)	(2.140)
Depreciações e amortizações		62.288	128.561	87.018
Insuficiência de depreciação		19.647	29.233	17.001
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		8.970	8.970	(1.546)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		418	1.041	1.213
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	16	(375)	(426)	(165)
Despesas (Reversão) com provisões cíveis e fiscais	22d.1	9.675	13.687	(5.319)
Lucro ajustado antes dos Tributos e Participações		100.913	197.808	127.296
Variações Patrimoniais		(4.318.833)	(6.075.069)	(2.731.100)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		41.345	332.556	6.233.021
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(2.353.788)	(2.351.623)	2.605
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		(678)	(162)	(1.946)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(20.774)	(19.989)	20.723
(Aumento) Redução em outros valores e bens		413	753	(849)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.231)	(9.141)	(299)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(1.985.075)	(4.025.811)	(8.957.317)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		-	(7.973)	(401)
(Redução) Aumento em outras obrigações		4.955	6.321	(26.637)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		(4.217.920)	(5.877.261)	(2.603.804)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento				
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	(119)	-
(Aquisição / aumento) de investimentos		(72)	(72)	(543)
(Aquisição) de imobilizado de arrendamento		(41.675)	(127.825)	(293.950)
Alienação / redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		127	-	1.762
Alienação de imobilizado arrendamento		10.409	24.047	78.039
Alienação de investimentos		-	-	1.758
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(31.211)	(103.969)	(212.934)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento				
Dividendos / Juros sobre o capital próprio pagos		(29.985)	(34.134)	-
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(29.985)	(34.134)	-
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.279.116)	(6.015.364)	(2.816.738)
Início do exercício		7.153.628	8.889.876	11.706.614
Fim do exercício	4	2.874.512	2.874.512	8.889.876
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.279.116)	(6.015.364)	(2.816.738)

#VALOR!

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/ 2018		Exercício/2018		Exercício/2017	
Receitas		287.821		609.218		1.287.060	
Receita da intermediação financeira		305.935		632.413		1.283.096	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	641		694		2.140	
Outras receitas/(despesas)	15b / 15c / 16	(18.755)		(23.889)		1.824	
Despesas da intermediação financeira		(217.348)		(449.374)		(1.143.842)	
Insumos adquiridos de terceiros		(4.132)		(7.487)		(7.528)	
Serviços de terceiros	15a	(2)		(5)		(8)	
Processamento de dados	15a	(845)		(1.217)		(814)	
Propaganda e publicidade	15a	(32)		(160)		(171)	
Serviços do sistema financeiro	15a	(45)		(686)		(1.944)	
Serviços técnicos especializados	15a	(2.157)		(3.538)		(3.131)	
Emolumentos judiciais e cartorários	15a	(313)		(724)		(769)	
Despesas de contribuições filantrópicas	15a	(194)		(194)		-	
Outras	15a	(544)		(963)		(691)	
Valor Adicionado Bruto		66.341		152.357		135.690	
Despesas de amortização/depreciação		(62.288)		(128.561)		(87.018)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		4.053		23.796		48.672	
Valor Adicionado a Distribuir		4.053	100,00%	23.796	100,00%	48.672	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		4.053	100,00%	23.796	100,00%	48.672	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.366)	-33,70%	9.885	41,54%	31.185	64,07%
Federais		(3.400)		5.705		16.233	
Estaduais		187		492		14.331	
Municipais		1.847		3.688		621	
Remuneração de Capitais de Terceiros		10	0,25%	19	0,08%	19	0,04%
Aluguéis	15a	10		19		19	
Remuneração de Capitais Próprios		5.409	133,45%	13.892	58,38%	17.468	35,89%
Dividendos / Juros sobre capital próprio		9.185		9.185		4.149	
Lucro retido		(3.776)		4.707		13.319	

#VALOR!

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim (“Conglomerado”) e atuam integralmente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Eventos Subsequentes, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 07 de fevereiro de 2019.

Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas nas Demonstrações Contábeis, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a Companhia. As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos financeiros derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge* têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

h) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniência / Insuficiência de depreciações” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

i) Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas: veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10%. O valor residual desses ativos é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente. Em decorrência da aplicação da Resolução CMN N° 4.534 emitida em 24 de novembro de 2016 cujos requerimentos para os ativos diferidos se aplicam a partir da data de emissão da norma, as perdas em arrendamentos foram reclassificadas para o ativo imobilizado de arrendamento.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

A Companhia avalia periodicamente, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras Despesas Administrativas ou Outras Despesas Operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

l) Captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

As captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias.

m) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n° 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n° 3.355/2006 e CMN n° 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% foram reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota, de forma que os respectivos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 já refletem a alíquota de 15% aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Lei n.º 13.169/2015.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n° 3.823/2009 (Nota Explicativa n° 22).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	202	368
Disponibilidades em moeda nacional	202	368
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	2.874.310	8.889.508
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	2.874.310	8.889.508
Total	2.874.512	8.889.876

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição**

	31.12.2018	31.12.2017
Aplicações no mercado aberto		
Revendas a liquidar - Posição bancada	2.874.316	9.222.070
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.015.207
Letras do Tesouro Nacional	-	4.284.775
Notas do Tesouro Nacional	2.874.310	3.589.525
Debêntures	6	332.563
Total	2.874.316	9.222.070
Ativo circulante	2.874.316	9.222.070

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Rendas de aplicações no mercado aberto - Posição bancada	203.950	428.009	989.282
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	95	95	137.202
Total	204.045	428.104	1.126.484

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2018						31.12.2017		
	Valor de Mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	-	2.354.533	1.314	2.356.143	2.355.847	(296)	4.225	4.224	(1)
Títulos Públicos	-	2.354.533	1.314	2.356.143	2.355.847	(296)	4.225	4.224	(1)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.314	1.314	1.314	-	4.225	4.224	(1)
Letras do Tesouro Nacional	-	2.354.533	-	2.354.829	2.354.533	(296)	-	-	-
2 – Títulos Disponíveis para Venda	333	-	-	333	333	-	214	214	-
Títulos Privados	333	-	-	333	333	-	214	214	-
Cotas de Fundos de Investimentos	333	-	-	333	333	-	214	214	-
Total (1 + 2)	333	2.354.533	1.314	2.356.476	2.356.180	(296)	4.439	4.438	(1)

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2018						31.12.2017		
	Valor de Mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Carteira própria	333	2.354.533	1.314	2.356.476	2.356.180	(296)	214	214	-
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-	-	-	4.225	4.224	(1)
Total	333	2.354.533	1.314	2.356.476	2.356.180	(296)	4.439	4.438	(1)

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.12.2018					31.12.2017	
	Valor de Mercado			Total		Total	
	Sem vencimento	0 a 30	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação	-	2.354.533	1.314	2.356.143	2.355.847	4.225	4.224
Títulos disponíveis para venda	333	-	-	333	333	214	214
Total	333	2.354.533	1.314	2.356.476	2.356.180	4.439	4.438

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria	2.356.180	-	2.356.180	214	-	214
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	4.224	-	4.224
Total	2.356.180	-	2.356.180	4.438	-	4.438

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	31.12.2018		31.12.2017	
1 – Título para negociação	2.355.847	100%	4.224	95%
2 – Títulos disponíveis para venda	333	0%	214	5%
Valor contábil / mercado da carteira	2.356.180	100%	4.438	100%

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	204.045	428.104	1.126.484
Títulos de renda fixa	662	542	530
Aplicações em fundos de investimento	21	40	86
Total	204.728	428.686	1.127.100

c) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários entre categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e a Companhia não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em negociação, com limites e alçadas definidos pela Companhia.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações da Companhia nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de futuros	-	-	-	162.290	-	-
Compromissos de compra	-	-	-	16.703	-	-
DI	-	-	-	16.703	-	-
Compromissos de venda	-	-	-	145.587	-	-
DI	-	-	-	145.587	-	-

d.2) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2018	31.12.2017
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.224
Total	-	4.224

d.3) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Futuros	19	(388)	(2.613)
Total	19	(388)	(2.613)

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**a) Operações de arrendamento a receber**

	31.12.2018	31.12.2017
Operações de arrendamento mercantil a receber	208.924	263.849
Arrendamentos financeiros a receber	208.924	263.849
Ativo circulante	150.617	156.629
Ativo não circulante	58.307	107.220

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2018	31.12.2017
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(208.273)	(263.252)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(208.273)	(263.252)
Ativo circulante	(150.147)	(156.275)
Ativo não circulante	(58.126)	(106.977)

b) Resultado financeiro das operações de arrendamento mercantil

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Receitas de arrendamento mercantil	101.188	204.115	158.609
Arrendamentos financeiros	93.659	183.958	132.700
Lucro na alienação de bens arrendados	4.463	12.329	13.868
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	3.066	7.828	12.041
Despesas de arrendamento mercantil	(82.172)	(163.092)	(129.750)
Arrendamentos financeiros	(82.172)	(163.092)	(129.220)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	-	-	(530)
Total	19.016	41.023	28.859

c) Carteira por setores de atividade econômica

	31.12.2018	%	31.12.2017	%
Setor privado	191.718	100,00%	245.053	100,00%
Pessoa física ⁽¹⁾	132	0,07%	287	0,12%
Pessoa jurídica	191.586	99,93%	244.766	99,88%
Atividades específicas da construção	9.774	5,10%	56	0,02%
Automotivo	-	0,00%	947	0,39%
Comércio atacadista e indústrias diversas	10.930	5,70%	3.498	1,43%
Comércio varejista	9.128	4,76%	1.056	0,43%
Serviços	159.631	83,26%	236.917	96,68%
Transportes	2.123	1,11%	2.292	0,94%
Total	191.718	100,00%	245.053	100,00%

(1) Incluem operações de crédito com outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Arrendamentos financeiros a receber	208.924	263.849
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(208.273)	(263.252)
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	191.552	245.568
Cretores por antecipação do valor residual	(485)	(1.112)
Valor presente dos contratos de arrendamento financeiros/Outros créditos	191.718	245.053

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2018	31.12.2017
Operações em Curso Normal											
Parcelas vincendas	101.358	79.238	10.334	-	-	-	-	-	-	190.930	244.233
01 a 30	10.898	3.734	227	-	-	-	-	-	-	14.859	13.400
31 a 60	10.521	3.708	227	-	-	-	-	-	-	14.456	13.047
61 a 90	10.306	3.708	227	-	-	-	-	-	-	14.241	13.033
91 a 180	29.754	10.150	685	-	-	-	-	-	-	40.589	36.447
181 a 360	33.915	18.029	1.372	-	-	-	-	-	-	53.316	68.989
Acima de 360	5.964	39.909	7.596	-	-	-	-	-	-	53.469	99.317
Parcelas vencidas	394	267	-	-	-	-	-	-	-	661	560
Até 14 dias	394	267	-	-	-	-	-	-	-	661	560
Subtotal	101.752	79.505	10.334	-	-	-	-	-	-	191.591	244.793
Operações em Curso Anormal											
Parcelas vincendas	-	-	-	-	28	-	-	-	50	78	142
01 a 30	-	-	-	-	1	-	-	-	3	4	34
31 a 60	-	-	-	-	1	-	-	-	3	4	12
61 a 90	-	-	-	-	1	-	-	-	3	4	10
91 a 180	-	-	-	-	2	-	-	-	6	8	17
181 a 360	-	-	-	-	3	-	-	-	12	15	24
Acima de 360	-	-	-	-	20	-	-	-	23	43	45
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	-	-	-	-	2	3	-	-	44	49	118
De 01 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 a 30	-	-	-	-	1	1	-	-	3	5	63
31 a 60	-	-	-	-	1	1	-	-	3	5	12
61 a 90	-	-	-	-	-	1	-	-	3	4	12
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8	16
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15	15
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12	-
Subtotal	-	-	-	-	30	3	-	-	94	127	260
Total	101.752	79.505	10.334	-	30	3	-	-	94	191.718	245.053

⁽¹⁾ Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Constituição da provisão por níveis de risco

Nível de Risco	% Provisão	31.12.2018			31.12.2017		
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente
AA	0,00%	101.752	-	-	79.946	-	-
A	0,50%	79.505	(398)	(398)	100.892	(504)	(504)
B	1,00%	10.334	(103)	(103)	62.226	(622)	(622)
C	3,00%	-	-	-	79	(2)	(2)
D	10,00%	30	(3)	(3)	1.796	(181)	(181)
E	30,00%	3	(1)	(1)	8	(2)	(2)
F	50,00%	-	-	-	22	(11)	(11)
G	70,00%	-	-	-	16	(11)	(11)
H	100,00%	94	(94)	(94)	68	(68)	(68)
Total		191.718	(599)	(599)	245.053	(1.401)	(1.401)

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Compreendem as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Saldo inicial	1.268	1.401	6.021
Reforço / (reversão)	(641)	(694)	(2.140)
Baixas para prejuízo	(28)	(108)	(2.480)
Saldo final	599	599	1.401

g) Concentração das operações de arrendamento mercantil

	31.12.2018	% da carteira	31.12.2017	% da carteira
Maior devedor	59.253	30,91%	98.488	40,19%
10 Maiores devedores	183.531	95,73%	243.209	99,25%
20 Maiores devedores	191.489	99,88%	244.728	99,87%
50 Maiores devedores	191.718	100,00%	244.980	99,97%
100 Maiores devedores	191.718	100,00%	245.053	100,00%

h) Movimentação dos créditos renegociados

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Saldo inicial	158	287	1.297
Contratações	29	29	126
(Recebimento) e apropriação de juros	(33)	(139)	(634)
Baixa para prejuízo	(22)	(45)	(502)
Saldo final	132	132	287

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

I) Informações complementares

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Montante de créditos recuperados, anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	3.066	7.828	12.041

⁽¹⁾ Registrado no resultado na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo fiscal diferido – Crédito tributário (Nota 18d)	508.376	506.373
Devedores por depósitos em garantia (Nota 22f)	36.746	21.256
Impostos e contribuições a compensar	9.224	2.833
Valores a receber de sociedades ligadas	844	344
Outros	5	2.397
Total	555.195	533.203
Ativo circulante	12.714	18.286
Ativo não circulante	542.481	514.917

9. OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2018	31.12.2017
Bens não de uso próprio	887	2.443
Máquinas e equipamentos	-	866
Veículos e afins	887	1.577
(Provisão para desvalorização)	(465)	(891)
Despesas antecipadas	107	345
Despesas de serviços do sistema financeiro	68	42
Despesas de serviços técnicos especializados	-	148
Seguros	39	155
Total	529	1.897
Ativo circulante	461	1.855
Ativo não circulante	68	42

10. INVESTIMENTOS

	31.12.2018	31.12.2017
Investimentos por incentivos fiscais	23.382	23.310
(Imparidade acumulada)	(15.603)	(6.633)
Total	7.779	16.677

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de arrendamento

	31.12.2018	31.12.2017
Bens arrendados	434.782	390.113
Veículos e afins	311.055	286.289
Máquinas e equipamentos	40.928	39.583
Móveis	852	2.899
Instalações	338	198
Sistemas de processamento de dados	3.350	94
Perdas em arrendamentos a amortizar	78.259	61.050
Insuficiência de depreciação	(53.972)	(24.740)
Depreciação acumulada	(189.258)	(119.805)
Total	191.552	245.568

b) Ajuste da carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência/insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3h, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2018	31.12.2017
Valor presente	192.203	246.165
Credores por antecipação do valor residual	485	1.112
Valor presente das operações de arrendamento	191.718	245.053
(-) Valor contábil das operações	246.175	270.905
Arrendamentos a receber - Recursos internos	208.924	263.849
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(208.273)	(263.252)
Valores residuais a realizar	3.605	3.846
Valores residuais a balancear	(3.605)	(3.846)
Bens arrendados	434.782	390.113
Depreciação acumulada de bens arrendados	(189.258)	(119.805)
(=) Insuficiência de depreciação	(53.972)	(24.740)

c) Depreciação acumulada total

	31.12.2018	31.12.2017
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(189.258)	(119.805)
(-) Insuficiência de depreciação	(53.972)	(24.740)
(=) Depreciação Acumulada Total	(243.230)	(144.545)

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição

CAPTAÇÕES	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2018	31.12.2017
Debêntures					
Pós-fixado	100% a 111% do DI	2006	2027	2.305.357	8.977.943
Letras de Arrendamento Mercantil					
Pós-fixado	de 99,00% a 102,80% do DI	2018	2019	2.646.775	-
Total				4.952.132	8.977.943
Passivo circulante				2.646.775	-
Passivo não circulante				2.305.357	8.977.943

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Despesas com operações de captação no mercado

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos	(197.464)	(414.843)	(1.099.747)
Debêntures	(140.576)	(349.114)	(1.099.747)
Letras de Arrendamento Mercantil	(56.888)	(65.729)	-
Total	(197.464)	(414.843)	(1.099.747)

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**a) Obrigações por repasses****Do País – Instituições Oficiais**

Programas	Taxas de Atualização	31.12.2018	31.12.2017
FINAME		-	7.973
Pré-fixado	0,30% a 9,30% a.a.	-	7.973
Total		-	7.973
Passivo circulante		-	4.733
Passivo não circulante		-	3.240

b) Despesas de obrigação por empréstimos e repasses

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Despesas de obrigações por repasses – FINAME	-	-	(1.363)
Total	-	-	(1.363)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e previdenciárias**

	31.12.2018	31.12.2017
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	5.248	1.992
Impostos e contribuições a recolher	2.002	247
Total	7.250	2.239
Passivo circulante	7.250	2.239

b) Diversas

	31.12.2018	31.12.2017
Credores diversos – No País	1.637	3.047
Provisão para pagamentos a efetuar	4.832	3.718
Provisões para demandas cíveis (Nota 22d1)	5.091	4.577
Provisões para demandas fiscais (Nota 22d1) ⁽¹⁾	23.319	9.966
Valores a pagar a sociedades ligadas	33	42
Total	34.912	21.350
Passivo circulante	34.806	21.350
Passivo não circulante	107	-

⁽¹⁾ Inclui obrigações legais.

15. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Aluguéis	(10)	(19)	(19)
Processamento de dados	(845)	(1.217)	(814)
Publicações	(32)	(160)	(171)
Serviços do sistema financeiro	(45)	(686)	(1.944)
Serviços de terceiros	(2)	(5)	(8)
Serviços técnicos especializados	(2.157)	(3.538)	(3.131)
Emolumentos judiciais e cartorários	(313)	(724)	(769)
Seguros	(55)	(148)	-
Impostos e multas de bens arrendados	(487)	(813)	(689)
Despesas de contribuições filantrópicas	(194)	(194)	-
Outras	(2)	(2)	(2)
Total	(4.142)	(7.506)	(7.547)

b) Outras receitas operacionais

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Reversão de provisões - Demandas fiscais	-	-	5.502
Reversão de provisão para perdas - Outros riscos	-	-	1.061
Atualização de depósitos em garantia	797	1.229	1.093
Recuperação de encargos e despesas	654	1.422	1.572
Variação monetária ativa	23	57	169
Outras	10	618	105
Total ⁽¹⁾	1.484	3.326	9.502

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

c) Outras despesas operacionais

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Demandas fiscais	(8.649)	(13.351)	-
Demandas cíveis	(2.334)	(3.685)	(6.254)
Outras	(614)	(965)	(429)
Total ⁽¹⁾	(11.597)	(18.001)	(6.683)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Receitas não operacionais	375	426	218
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	375	426	165
Reversão de provisão para perdas com incentivos fiscais	-	-	53
Despesas não operacionais	(9.017)	(9.640)	(1.213)
Provisão para perdas com incentivos fiscais	(8.599)	(8.599)	-
Prejuízo na alienação de valores e bens	(418)	(1.041)	(1.213)
Total ⁽¹⁾	(8.642)	(9.214)	(995)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 932.512 (R\$ 932.512 em 31 de dezembro de 2017), está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2017, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 32.973, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 21 de junho de 2017.

b) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária para expansão

A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para “Reserva Estatutária para Expansão”, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal.

A Administração distribuiu sobre o Lucro do período o montante de R\$ 9.185 de dividendos (R\$ 4.149 em 31 de dezembro de 2017) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de outubro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio através de reserva estatutária para expansão no valor de R\$ 11.500 pago em 13 de novembro de 2018.

Em 13 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de dividendos antecipados no valor de R\$ 18.485, sendo R\$ 9.300 através de reserva estatutária para expansão, pagos integralmente em 14 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio adicionais através de reserva estatutária para expansão no valor de R\$ 10.000.

	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Lucro líquido do período	13.892	17.468
Destinação para reserva legal	(695)	(873)
Base de cálculo	13.197	16.595
Dividendos mínimos obrigatórios	3.299	4.149
Dividendos adicionais	5.886	-
Valor proposto	9.185	4.149
% sobre a base de cálculo	70%	25%

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Remuneração aos acionistas	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações – R\$	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações – R\$
Remunerações pagas antecipadamente	29.985	58.794,12	-	-
Dividendos	18.485	36.245,10	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.500	22.549,02	-	-
Remunerações a pagar	10.000	19.607,84	4.149	
Dividendos	-	-	4.149	8.135,29
Juros sobre o Capital Próprio	10.000	19.607,84	-	-
Remuneração referente a exercícios anteriores	30.800	60.392,16	-	-
Remuneração referente ao exercício vigente	9.185	18.009,80	4.149	8.135,29
Total de remuneração aos acionistas	39.985	78.401,96	4.149	8.135,29

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi registrado em conta de Despesa Financeira, e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

18. TRIBUTOS**a) Demonstração da despesa de IR e CSLL**

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Valores correntes	(2.286)	(5.547)	(1.604)
IR e CSLL no País – Corrente	(1.987)	(5.248)	(1.992)
IR e CSLL no País – Exercícios anteriores	(299)	(299)	388
Valores Diferidos	6.764	2.003	(12.162)
Ativo fiscal diferido	6.764	2.003	(12.162)
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	(1.074)	(2.328)	(42)
Diferenças temporárias	7.922	4.995	(12.218)
Marcação a mercado	(84)	(664)	98
Total	4.478	(3.544)	(13.766)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Resultado antes dos tributos e participações	931	17.436	31.234
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(419)	(7.846)	(14.053)
Encargos sobre JCP	9.675	9.675	-
Outros valores	(4.778)	(5.373)	287
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	4.478	(3.544)	(13.766)

c) Despesas tributárias

	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Cofins	(887)	(1.771)	(2.100)
ISSQN	(1.847)	(3.688)	(628)
PIS	(144)	(288)	(341)
Outras	(234)	(594)	(14.350)
Total	(3.112)	(6.341)	(17.419)

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário)

	31.12.2017	Exercício/2018		31.12.2018
	Saldo	Movimentação no Período ⁽¹⁾		Saldo
		Constit.	Baixa	
Diferenças temporárias	23.876	13.277	(8.947)	28.206
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.301	41	(7.605)	1.737
Provisões passivas	13.391	13.117	(342)	26.166
Marcação a mercado	783	119	(784)	118
Outras provisões	401	-	(216)	185
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	482.497	104	(2.431)	480.170
Total dos créditos tributários ativados	506.373	13.343	(11.340)	508.376
Imposto de Renda	497.967	11.314	(7.193)	502.088
Contribuição Social	8.406	2.029	(4.147)	6.288

⁽¹⁾ Para a parcela dos créditos tributários com previsão de realização até 2018, aplica-se para a CSLL, a alíquota de 20%. Para a parcela que tem sua realização após 2018, aplica-se a alíquota de 15%.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2018.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2019	2.752	2.649
Em 2020	2.772	2.555
Em 2021	3.463	3.045
Em 2022	108.901	91.089
Em 2023	99.526	79.093
A partir de 2024	290.962	213.039
Total de Créditos Tributários	508.376	391.470

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, observou-se, até o presente momento, a realização de créditos tributários na BV Leasing no montante de R\$ 10.923 (R\$ 19.868 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), correspondente a 71% (97% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) da projeção de realização prevista para todo o ano calendário de 2017, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2017. Considerando a realização de crédito tributário prevista para o 2º semestre, a Companhia mantém o seu nível de realização de crédito tributário em conformidade com o percentual mínimo estabelecido na Resolução 3.059/2002.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2019	0%	6%
Em 2020	0%	6%
Em 2021	0%	10%
Em 2022	22%	10%
Em 2023	18%	45%
A partir de 2024	60%	23%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

e) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário – Não ativado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve saldo não constituído de crédito tributário.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria e Citrosuco).

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	31.12.2018				
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	12	-	164	-	176
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	2.874.316	-	2.874.316
Outros ativos	-	-	844	-	844
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(2.305.357)	-	(2.305.357)
Outros passivos	-	-	(10.033)	-	(10.033)
	2º Semestre/2018				
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	204.045	-	204.045
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(162.077)	-	(162.077)
	Exercício/2018				
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	428.103	-	428.103
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(370.614)	-	(370.614)

	31.12.2017				
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	21	-	299	-	320
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	-	9.222.070	-	9.222.070
Outros ativos	-	-	344	-	344
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(8.977.943)	-	(8.977.943)
Outros passivos	-	-	(74)	-	(74)
	Exercício/2017				
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	1.126.484	-	1.126.484
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(1.099.746)	-	(1.099.746)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – VALOR DE MERCADO

	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Circulante e Não circulante				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.874.316	2.874.316	9.222.070	9.222.070
Títulos e valores mobiliários	2.356.476	2.356.180	4.438	4.438
Operações de arrendamento mercantil	191.718	198.664	245.053	248.812
Passivo				
Circulante e Não circulante				
Recursos de aceites e emissão de títulos	(4.952.132)	(4.955.501)	(8.977.943)	(8.984.834)
Obrigações por repasses do País	-	-	(7.973)	(7.973)

21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2018:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil e recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2018:

Cenário I ⁽¹⁾			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(195)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(3.139)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(6.152)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

Em 31 de dezembro de 2018, a taxa pré para o prazo de um ano é 6,55%. Desse modo, toda a curva é chocada em 1,64% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

c) Ações de natureza cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

d) Provisões para demandas fiscais e cíveis – Prováveis

A Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	Demandas fiscais ⁽¹⁾			Demandas cíveis ⁽²⁾		
	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017	2º Semestre/ 2018	Exercício/ 2018	Exercício/ 2017
Saldo inicial	14.548	9.933	15.470	3.974	4.577	4.359
Constituições	8.554	13.132	8.304	2.468	2.859	1.042
Reversão da provisão	(36)	(36)	(393)	(1.666)	(2.298)	(1.094)
Baixa por pagamento	(3)	(4)	(13.849)	(565)	(853)	(1.113)
Atualizações ⁽³⁾	43	81	401	880	806	1.383
Saldo final	23.106	23.106	9.933	5.091	5.091	4.577

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

⁽²⁾ Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações – Diversas.

⁽³⁾ Na contingências cíveis, contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

d.2) Cronograma esperado de desembolsos

	31.12.2018	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	21.624	5.091
De 5 a 10 anos	1.482	-
Total	23.106	5.091

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

e) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas fiscais ⁽¹⁾	18.307	18.844
Demandas cíveis ⁽²⁾	1.601	924
Total	19.908	19.768

⁽¹⁾ A principal discussão é sobre a possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores, dentro do limite legal de 50% do lucro apurado no exercício de distribuição. O prognóstico de perda foi alterado de remoto para possível em virtude de entendimento jurisprudencial. Valores em 31 de dezembro de 2018: IRPJ R\$ 12.677 e CSLL R\$ 5.076 (IRPJ R\$ 12.785 e CSLL R\$ 5.119 em 31 de dezembro de 2017).

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, as ações indenizatórias cuja natureza são: contestação de custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

f) Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas fiscais	23.160	6.560
Demandas cíveis	13.586	14.696
Total	36.746	21.256

g) Obrigações Legais

A BV Leasing mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal (rubrica Provisão para Contingências – Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei) o montante de R\$ 213 (R\$ 33 em 31 de dezembro de 2017) em decorrência da obtenção de liminar que lhe assegura o direito de não incluir as despesas com ISS na base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS.

h) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhado às práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

e) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução CMN nº 3.988, Resolução CMN nº 4.557 e a Circular BACEN nº 3.547, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e da apuração dos requerimentos mínimos do PR, Nível I, Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal, respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,74% (15,53% em 31 de dezembro de 2017).

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancovotorantim.com.br/ri.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do último relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 31 de dezembro de 2018.

b) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2018

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro Garantia – Fiança para processos judiciais	20.389	64

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos	Patrimônio Líquido		Total
	Dividendos e JCP	Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 30.06.2018	-	932.512	76.530	1.009.042
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	4.283	4.283
Dividendos e juros sobre o capital próprio a distribuir	29.985	-	(29.985)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(29.985)	-	-	(29.985)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	-	-	(25.702)	(25.702)
				-
Variações sem efeito de caixa	10.000	-	(815)	9.185
Dividendos e juros sobre o capital próprio a distribuir	10.000	-	(815)	9.185
Saldo em 31.12.2018	10.000	932.512	50.013	992.525

	Passivos	Patrimônio Líquido		Total
	Dividendos e JCP	Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2017	4.149	932.512	76.106	1.012.767
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	4.707	4.707
Dividendos e juros sobre o capital próprio a distribuir	29.985	-	(29.985)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(34.134)	-	-	(34.134)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(4.149)	-	(25.278)	(29.427)
Variações sem efeito de caixa	10.000	-	(815)	9.185
Dividendos e juros sobre o capital próprio a distribuir	10.000	-	(815)	9.185
Saldo em 31.12.2018	10.000	932.512	50.013	992.525

	Passivos	Patrimônio Líquido		Total
	Dividendos e JCP	Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2016	8.244	899.539	87.516	995.299
Reversão dividendos exercício anterior	(8.244)	-	8.244	-
Aumento de capital	-	32.973	(32.973)	-
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	13.319	13.319
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(8.244)	32.973	(11.410)	13.319
Variações sem efeito de caixa	4.149	-	-	4.149
Recursos provenientes da destinação de resultado	4.149	-	-	4.149
Saldo em 31.12.2017	4.149	932.512	76.106	1.012.767

A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3